

PORTARIA Nº 20 DE 09 DE JANEIRO DE 2023.

Outorga ao MUNICÍPIO DE APIÁCAS o direito de uso dos Recursos Hídricos para captação de água no Córrego Angelim

O Secretário Adjunto de Licenciamento Ambiental e Recursos Hídricos, **VALMI SIMÃO LIMA**, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria no 34 de 23 de janeiro de 2018, e

Considerando os Termos da Lei Estadual nº 11.088 de 09 de março de 2020, que dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos;

Considerando o Decreto nº 784, de 18 de janeiro de 2021, que dispõe sobre as infrações das normas de utilização dos recursos hídricos e suas sanções administrativas.

Considerando o Decreto nº 336, de 06 de junho de 2007, que regulamenta o regime de outorga de águas no Estado de Mato Grosso;

Considerando a Resolução Nº 119 de 07 novembro de 2019, que estabelece critérios para emissão de outorga superficial de rios de domínio do Estado de Mato Grosso;

Considerando a Instrução Normativa nº 09, de 14 de dezembro de 2021, que dispõe sobre os procedimentos a serem adotados para os processos de outorga de uso de Recursos Hídricos de água de domínio do Estado de Mato Grosso;

Considerando o Parecer Técnico Nº 20/2023, de 09 de janeiro de 2023, do processo SIGA Nº 2783/2022.

RESOLVE:

Art. 1º Outorgar ao MUNICÍPIO DE APIÁCAS, CNPJ: 01.321.850/0001-54, o direito de uso dos Recursos Hídricos para a captação superficial de um manancial, que será utilizada para o abastecimento público da população do município de Apiácas-MT. Para a captação de água será utilizado os conjuntos moto bomba do fabricante IMBIL, modelo ITAP 65160, rotor de 160 mm e estão acopladas a motores de alta rotação de 20 c.v. de potência. Essa captação ocorre na Bacia Hidrográfica Amazônica, na Unidade de Planejamento e Gerenciamento UPG – A-4 - Baixo Teles Pires, Estado de Mato Grosso, com as seguintes características:

I – Coordenada geográficas da captação no Corpo Hídrico Córrego Angelim: Lat 9°35'3.36"S e Long 57°23'50.83"W; e vazão máxima requerida de 0,02835m³/s (102,06 m³/h e 28,35 L/s), conforme consta na tabela das vazões solicitadas;

Art. 2º A outorga objeto desta Portaria, vigorará até **10 de janeiro de 2033**, podendo ser suspensa parcial ou totalmente, em definitivo ou por prazo determinado, além de outras situações previstas na legislação pertinente, nos seguintes casos:

I - descumprimento das condições estabelecidas no art. 1º desta Portaria;

II - conflito com normas posteriores sobre prioridade de usos de recursos hídricos;

III - incidência no art. 18 e incisos I e II do art. 12 do Decreto nº 336, de 06/06/2007;

IV - indeferimento ou cassação de licença ambiental.

Parágrafo único. Para minimizar os efeitos de secas, o uso outorgado poderá ser racionado, conforme previsto no art. 20 e seus parágrafos, do Decreto nº 336, de 06 de junho de 2007.

Art. 3º Esta outorga poderá ser revista, além de outras situações previstas na legislação pertinente:

I - quando os estudos de planejamento regional de utilização dos recursos hídricos indicarem a necessidade de revisão das outorgas emitidas;

II - quando for necessária a adequação dos planos de recursos hídricos e a execução de ações para garantir a prioridade de uso dos Recursos Hídricos.

Art. 4º O outorgado responderá civil, penal e administrativamente, por danos causados à vida, à saúde, ao meio ambiente e pelo uso inadequado que vier a fazer de presente outorga.

Art. 5º Esta Portaria não dispensa nem substitui a obtenção, pelo outorgado, de certidões, alvarás ou licenças de qualquer natureza, exigidos pela legislação federal, estadual ou municipal.

Art. 6º Esta outorga poderá ser renovada mediante apresentação de requerimento à SEMA/MT, dentro do prazo de validade da outorga vigente.

Art. 7º O uso dos recursos hídricos, objeto desta outorga, poderá estar sujeito à cobrança, nos termos da Lei Estadual nº 11.088, de 09 de março de 2020.

Art. 8º O outorgado se sujeita a fiscalização da SEMA/MT, por intermédio de seus agentes ou prepostos indicados, devendo franquear-lhes o acesso ao empreendimento e à documentação relativa à outorga emitida por meio desta Portaria.

Art. 9º Esta outorga não autoriza a instalação do empreendimento ou mesmo as obras necessárias para realizar as captações, sendo estes passíveis de licenciamento ambiental.

Art. 10 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cuiabá/MT, 09 de janeiro de 2023.

REGISTRADA,

PUBLICADA,

CUMPRA-SE...

VALMI SIMÃO LIMA

Secretário Adjunto de Licenciamento Ambiental e Recursos Hídricos

GSALARH/SEMA-MT

(Em substituição)

Tabela 01 – Corpo Hídrico Córrego Angelim

Coordenadas Geográficas Lat 9°35'3.36"S e Long 57°23'50.83"W

DATUM: SIRGAS2000

MÊS	Vazão (m³/s)	Tempo (h/dia)	Período (dias/mês)
Janeiro	0,02835	18	31
Fevereiro	0,02835	18	28
Março	0,02835	18	31
Abril	0,02835	18	30
Maiο	0,02835	18	31
Junho	0,02835	18	30

MÊS	Vazão (m³/s)	Tempo (h/dia)	Período (dias/mês)
Julho	0,02835	18	31
Agosto	0,02835	18	31
Setembro	0,02835	18	30
Outubro	0,02835	18	31
Novembro	0,02835	18	20
Dezembro	0,02835	18	31

Volume total Anual (m³): 661.348,80

Documento assinado eletronicamente por **Valmi Simão De Lima**, em 11/01/2023
as 23:36:47.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://portal-web.apps.sema.mt.gov.br#/verificar-documento> informando o código verificador **TZER12D02** e o código CRC **90D3CC04**.